

Propaganda abolicionista na Província do Rio Grande do Sul: As contradições e os silenciamentos do jornal *O Século*.¹

Deivison M. C. CAMPOS²

Doutor, Universidade Luterana do Brasil, RS

Maria Berenice da C. MACHADO³

Doutora, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS

Resumo

A superação do processo escravista foi um dos principais temas de debate da elite brasileira, estabelecido principalmente por políticos, intelectuais e jornalistas, na segunda metade do século XIX. A imprensa de características partidária e literária tornou-se o lócus onde essa discussão foi travada. Em Porto Alegre, a criação do Centro Abolicionista, no final de 1883, junto ao Parthenon Literário, engaja jornais na campanha que leva à libertação de grande número de escravizados na Capital da Província. Uma das publicações a participar ativamente do processo é o jornal *O Século*, editado por Miguel de Werna, em Porto Alegre, com circulação entre os anos de 1880 e 1893. Por suas características editoriais e ideológicas, a publicação fica relegada a pequenas notas, ou referências, na historiografia sobre o período, ao mesmo tempo em que apoia a monarquia, ataca com críticas e sátiras os republicanos e, principalmente, os liberais. O periódico assume posição contrária à escravidão, mantida pela monarquia que defende. Este estudo fundamenta-se na História da Mídia, da Sociedade e da Cultura, faz análise do conteúdo das edições de *O Século* com o objetivo de identificar as estratégias do jornal monarquista ao propagar o movimento abolicionista.

Palavras-chave: Propaganda; Abolição; *O Século*; Província do Rio Grande do Sul.

Introdução

Na literatura, as poucas referências ao jornal *O Século* são de que se trata de um semanário ilustrado e satírico. No entanto, as perseguições sofridas por Miguel de Castro Canto e Mello de Werna Bilstein (Miguel de Werna), exonerado do cargo público que ocupava (CHAVES, 2017), e o número expressivo de adversários políticos importantes, como Karl von Koseritz e Ramiro Barcelos, apontam o incômodo que a publicação causava. Idêntica situação observa-se em relação à campanha abolicionista, as edições do jornal contêm, além das informações sobre esta, críticas de todas as ordens, aos políticos que

¹ Trabalho apresentado no GT História da Publicidade e das Relações Públicas integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia, agosto, 2021.

² Jornalista e Historiador, Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e dos cursos de Comunicação da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). E-mail: deivisondecampos@gmail.com

³ Publicitária, Professora Associada do curso Publicidade e Propaganda da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Fabico/ UFRGS). E-mail: mberenice.machado@ufrgs.br

negociam o modelo de libertação a ser adotado, mediante ressarcimento ou não, ao escravismo e a abolicionistas com atuação em outras publicações.

Os registros historiográficos, a partir dessa imprensa liberal e republicana, e a memória construída sobre a campanha abolicionista, invisibilizam não só *O Século*, mas entidades formadas por negros e a participação destes no processo de libertação dos escravizados (ZUBARAN, 2009). Assim sendo, o movimento abolicionista na Província do Rio Grande do Sul ainda demanda um melhor aprofundamento a partir de outras perspectivas que não a dos homens ligados à elite republicana da Capital.

Estudar um veículo dos primórdios da imprensa, que produz notícias a partir de uma contradição monarquista-abolicionista e, ao mesmo tempo, critica e denuncia outras narrativas da libertação, oferece novas possibilidades de análise. Desejamos aqui contribuir com a história da mídia, da política e da própria sociedade gaúcha, pois os estudos que tivemos acesso referem a participação do jornal, sem aprofundar, questionar ou articular a sua função com o movimento reformista.

O objetivo específico é identificar referências ao movimento abolicionista nas páginas de *O Século* (notícias, colunas, notas, imagens e as suas respectivas legendas) e refletir sobre as suas estratégias editoriais. O período observado compreende as edições de N° 6 (Ano 1, de 16 de dezembro de 1880) a N° 220 (Ano 6, de 9 de abril de 1885), a partir das orientações de Bardin (1977) destacamos das quatro páginas do periódico elementos visuais e verbais - cenas, personagens e textos – que possibilitam compreender a posição do semanário ao pautar o modelo de relações sociais e trabalhistas então vigentes.

Encontramos a coleção do jornal *O Século* no acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (Musecom), no Centro Histórico de Porto Alegre, ainda que incompleta: são dois livros referentes aos anos 1880 a 1885, recorte temporal desta análise. Os exemplares foram examinados e fotografados em julho de 2019, fevereiro e dezembro de 2020, observamos falhas nas edições, não só pela má conservação dos impressos, mas também em relação à descontinuidade dos exemplares. Agregamos ao corpus algumas edições reproduzidas na bibliografia consultada. Para a transcrição dos trechos do jornal optamos por conservar a grafia original.

Imprensa, Publicidade e Propaganda Política

Embora em 1631 já houvesse a *Gazette de Théophraste Renaudot* com todas as características básicas de um jornal, Marcondes Filho (2000, p.10) entende o jornalismo,

forma organizada para dar publicidade aos acontecimentos cotidianos, como filho legítimo da Revolução Francesa (1789-1799) e da conquista do direito à informação. Para o autor, o aparecimento do jornalismo está associado aos movimentos de luta pelos direitos humanos, destituição da aristocracia, fim das monarquias e de todo o sistema absolutista herdado na Idade Média, afirmação do espírito burguês, “desconstrução” do poder instituído em torno da Igreja e da Universidade.

No Brasil, ainda Império, é na segunda metade do século seguinte que começam os movimentos reformistas que colocam em xeque a monarquia e a escravidão. Dihl (2016, p. 173) considera que “a imprensa é tida como a grande responsável pela difusão das ideias em favor do abolicionismo e, então, por transformá-lo num clamor nacional”.

A instalação da imprensa no Brasil ocorre após a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808. Os porões dos seus navios trazem, também, os prelos. Vários títulos são criados pela então Colônia, e a vez da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul chega dezenove anos mais tarde, com a inauguração do *Diário de Porto Alegre*.

Essa fase é considerada a “pré-história da imprensa sul-rio-grandense”, a que se estabelece a partir de 1827, com o decreto de Dom Pedro I extinguindo a censura. A quantidade de novos títulos tem, entre outras causas, relação com a “luta político-partidária que se desenrola na província”. Coincide com o término da Revolução Farroupilha (1835-1845), a organização de “uma imprensa partidária ou panfletária civil” na qual “os proprietários e editores de periódicos se alinham obrigatoriamente a algum dos partidos políticos existentes, já que, sem tal vínculo, era quase impossível a sobrevivência financeira” (HOHLFELDT, 2006, p. 1, 3 e 5).

Um dos estilos e recursos do jornalismo praticado na Província é a imprensa caricata, que estreia em julho de 1867 com o jornal *A Sentinela do Sul*, editado durante dois anos por Júlio Timóteo de Araújo e Manuel Felisberto Pereira da Silva. Sucede-o *O Charivari* (1877), dirigido por Miguel de Werna, e que não duraria mais que um ano, ainda que Werna multiplicasse as suas publicações dali em diante, destacando-se especialmente com *O Século* (HOHLFELDT, 2006, p.6). Este, desde as primeiras edições, estampa notícias e imagens pró-abolição, mantendo-se contrário e crítico aos que pedem a república. O semanário, com circulação prevista para as quintas-feiras, apresenta em sua trajetória a instabilidade periódica apontada por Damasceno Ferreira (1944).

De acordo com os “Apontamentos” de Joaquim de Salles Torres Homem (1888), os anos iniciais de *O Século* coincidem com os da campanha pela extinção do escravismo. O

autor propõe em 26 de abril de 1883 “pela primeira vez da tribuna a abolição imediata” na Província do Rio Grande do Sul. Torres Homem destaca as participações do *Jornal do Comércio* de Porto Alegre, de *A Reforma* e *O Mercantil*, este “mantinha uma caixa para libertar a dinheiro os escravos”, e que paralelamente o “Diretório do Partido Liberal organizava conferências públicas, no Teatro São Pedro, para tratar das reformas sociais”. Segundo o abolicionista, essas iniciativas vingam de maneira que no ano seguinte “a propaganda estava ativa na Capital” e sustentada por “quase todos os órgãos de imprensa”, além dos três já citados ele acrescenta *A Federação*, *O Século*, *Evolução e Athleta*: “As ideias, postas em circulação por essas folhas, penetraram o geral dos espíritos e constituíram o assunto dominante, que a todos preocupava” (HOMEM, 1888, p.4-7).

Thompson (1998, p.115) observa que “a palavra impressa sempre foi um meio de tornar público os fenômenos para indivíduos – público leitor – que não estavam fisicamente presentes às suas ocorrências”. Além de informar, o autor credita aos impressos e, mais especialmente aos jornais, funções persuasivas, ou seja, formadores de opinião na comunidade, servindo tanto “às proclamações oficiais do estado, como aos grupos de oposição, para salientar ações e eventos que de outra maneira passavam despercebidos”. É o caso da Porto Alegre do século XIX, na qual jornais como *O Século* levam (in)formações sobre os processos políticos e sociais. A abolição é tema constante.

Sodré (1983) estuda a história da imprensa no Brasil e dá destaque aos movimentos sociais e políticos da segunda metade do século XIX:

A agitação, que revelava o aprofundamento das contradições da sociedade brasileira, despertou o interesse pelas reformas, que começaram a ser propostas e discutidas, cada vez com mais veemência, pontilhadas pelas questões que iam surgindo, conduzidas ou resolvidas em clima de crescente turbulência: a questão servil, com as lutas em torno de algumas reformas de que dependia o seu andamento, a da liberdade do ventre, a da liberdade dos sexagenários, a Abolição finalmente (SODRÉ, 1983, p. 223).

O historiador considera que o período coincide com a “abertura, realmente, da segunda fase destacada e fecunda da história da imprensa brasileira – a primeira fora da Regência”, observa também que a emancipação dos cativos não era a única questão que pulsava na sociedade, havia outras de cunho religioso, eleitoral, federativa, militar, do próprio regime,

como coroamento do processo de mudança institucional. Questões e reformas refletiam-se na imprensa, naturalmente, e esta ampliava a sua influência, ganhava nova fisionomia, progredia tecnicamente, generalizava seus efeitos – espelhava o quadro que o país apresentava (SODRÉ, 1983, p. 223).

O cenário no Rio Grande do Sul (RS) coincide com o do restante do Brasil, há uma proliferação de jornais, “a maioria de oposição, de combate, lutando pelas reformas de que o país carecia, particularmente a federativa, a do trabalho, a do regime”. Sobre as práticas da imprensa durante aquele que seria o fim Império, o pesquisador ressalta “o que mais se fazia, naquela fase, era precisamente discutir, pôr em dúvida, analisar, combater”, e elenca os tipos de combate,

a pretensa sacralidade das instituições: da escravidão, da monarquia, do latifúndio. E a imprensa tinha, realmente, em suas fileiras, grandes combatentes, figuras exemplares, como homens de jornal e como homens de inteligência ou de cultura” (SODRÉ, 1983, p. 229 e 233).

Mais adiante Sodré tece considerações sobre a linha editorial praticada pelos jornais no período, “(...) era a linha historicamente necessária, aquela que se conjugava com o avanço do país, que estava em consonância com os seus mais altos interesses, os interesses populares, e se desenvolvia no nível que as possibilidades permitiam”. Seus objetivos, segundo o historiador, seriam “(...) liquidar o escravismo, inteiramente obsoleto, obstáculo ao desenvolvimento material e cultural do país, e de destruir a monarquia, que era a sua roupagem institucional” (SODRÉ, 1983, p. 234).

Ao revisarmos a obra clássica sobre a História da Imprensa no Brasil, notamos que Sodré não menciona o jornal objeto deste estudo. Entendemos que a posição editorial de *O Século*, e lógico também a do editor Miguel de Werna, diverge da conclusão do historiador ao afirmar que “A imprensa era, por isso, abolicionista e republicana, pelos seus melhores jornais, pelos seus melhores jornalistas” (SODRÉ, 1983, p. 234). Encontramos parte da problematização que norteia esta reflexão: *O Século* defende a abolição e a continuidade da monarquia.

A propaganda abolicionista na “cidade dos alemães”

A partir dos anos 1850, começam a pulsar no Brasil Império ares reformistas nos planos políticos e sociais. O fim do escravismo é questão central e as suas razões são, entre outras, de cunho religioso, ao pregar a igualdade entre homens, e filosóficas, colocando a liberdade como um direito humano. Joaquim Nabuco, na obra “O Abolicionismo”, escrita em 1883, defende a abolição como “forma de pensar a nação” e a liberdade dos sujeitos como uma questão pública. O processo para a emancipação dos cativos segue paralelo às discussões sobre a forma de governo; em oposição ao Partido Conservador (no poder na

Província do Rio Grande do Sul) estão os liberais, que mais tarde fundam o Partido Republicano, alcançando êxito e proclamando a República em 1889.

Desde o fim da Revolução Farroupilha, uma série de investimentos e melhorias traz desenvolvimento a Porto Alegre, até então concentrada na parte alta de uma colina. Essa expansão acontece no sentido das estradas do povoamento, originando diferentes arraiais (MONTEIRO, 1995). Da mesma forma, são adotadas iniciativas a fim de modernizar o espaço urbano central.

Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), o governo imperial incrementa os investimentos em infraestrutura e, principalmente, na área naval, pois a cidade gaúcha é a mais próxima da área de conflito. Ao final da Guerra, o próprio imperador Dom Pedro II visita a Capital da Província do Rio Grande do Sul, a caminho de Uruguaiana, onde recebe a rendição dos paraguaios.

Na cidade, como observa Dihl, durante a década 1870, “havia uma grande movimentação em torno da questão do elemento servil”. Sobre o tema escravidão, a autora aponta discussões em torno das “alternativas possíveis para a sua manutenção ou término – ou os mecanismos de controle que seriam implementados”, sendo “pautas constantes na imprensa e no cenário político porto-alegrense. Inúmeras associações e sociedades passaram a ser fundadas tendo como finalidade a libertação dos cativos” (DIHL, 2016, p.173).

A grande presença de alemães em Porto Alegre, enriquecidos pelo desenvolvimento a partir da região de São Leopoldo, e a concessão da cidadania em 1846 (FLORES, 1987), leva Singer, segundo Monteiro (1995), a classificar o período entre 1850 e 1920 como o da “cidade dos alemães”. Os primeiros colonos alemães chegam ao RS em julho de 1824, iniciando a substituição da mão de obra escrava por trabalhadores especializados e assalariados. São 38 imigrantes de um grupo com 841 pessoas, cuja maioria ficara no Rio de Janeiro para engajar-se no exército e assim proteger e garantir o poder ao Imperador. A antiga Real Feitoria do Linho-cânhamo, preparada para receber os colonos com lotes de 77 hectares, foi rebatizada para Colônia de São Leopoldo em referência ao “onomástico de nossa primeira imperatriz” (FLORES, 1996, p.84).

Com a chegada de novos colonos e a descendência dos primeiros imigrantes, muitos dos que não se adaptam às atividades agrícolas fixam-se em núcleos urbanos que surgem em torno da sede do município, ou nos povoados ao longo dos caminhos, dando início a um conjunto de indústrias familiares. Cinco anos após a chegada das primeiras famílias, já

havia em pleno funcionamento na colônia oito moinhos, uma fábrica de azeite, uma fábrica de sabão e oito pequenos curtumes (FLORES, 1996).

Entre os líderes das colônias germânicas destaca-se Karl von Koseritz, defensor do teuto-brasileirismo, ou seja, a integração dos imigrantes e descendentes na sociedade brasileira. Essa posição não era a única entre os teutos. Havia os que defendiam a não integração e a continuidade de relações com o Império Alemão (OLIVEIRA, 2008).

Koseritz utiliza-se de jornais e *kalenders*, gênero de imprensa mais cultivado no mundo colonial gaúcho, escritos em alemão, para a formação dos cidadãos germânicos e como instrumento político. O *Koseritz' deutscher Volkskalender für Brasilien* funciona entre os anos 1874 e 1918, sendo retomado em 1921 até 1938. A atuação de Koseritz é tão proeminente na imprensa política em língua alemã que o período entre 1864 e 1890 é denominado “Era Koseritz” (CARNEIRO, 1959).

No entanto, esses colonos não são os primeiros alemães no Brasil; com a Família Real, em 1808, chegam também famílias germânicas que viviam na Corte Portuguesa, entre estas a de Ernesto Frederico de Werna Bilstei, pai de Miguel de Werna (WEIMER, 2006). Nomeado como veador, título honorífico dado ao oficial-mor da casa real que servia junto ao rei ou imperador, ele vem transferido da sede da corte no Rio de Janeiro para Porto Alegre, onde se elege deputado distrital em 1846, para a segunda legislatura da Assembleia Provincial, sendo o primeiro germânico a ocupar um cargo eletivo. Contudo, ele não estabelece relações com os colonos da Província (HARING, 1864).

Em Porto Alegre, Ernesto Bilstei casa-se com Maria do Carmo de Castro Canto e Melo, filha do Brigadeiro João de Castro e Canto e Melo, 2º Visconde de Castro, irmão de Domitila de Castro Canto e Melo, a Marquesa de Santos (DUARTE, 2001). Essas relações apontam a origem aristocrática de Miguel de Werna, o que explica a sua posição de monarquista extremado e, ao mesmo tempo, a disputa política com Koseritz, um representante das colônias, liberal, teuto-brasileirista e escravista.

No contexto do embate político-ideológico estão também os antigos colonos alemães, responsáveis pelas principais empresas e indústrias, a maioria instada na Capital, junto ao Caminho Novo – atual Rua Voluntários da Pátria - com trapiches próprios no Rio Guaíba, sendo responsáveis por 90% das exportações de produtos manufaturados do estado nas décadas de 80 e 90 do século XIX (FLORES, 1987). A “influência estava presente no estilo arquitetônico dos prédios, estabelecimentos comerciais, novas empresas e sociedades fundadas” (MONTEIRO, 1995, p.33).

Os teutos são os responsáveis pela navegação no Guaíba, pela atividade de caixeiro-viajante, além da criação de entidades associativas, educacionais e esportivas. Em 1858, por exemplo, eles criam um fundo de auxílio para imigrantes e descendentes que está na origem do Hospital Moinhos de Vento (FLORES, 1987). Esses estabelecimentos resultam do enriquecimento de famílias, formando parte da elite do estado e, ao mesmo tempo, intelectuais envolvidos com o processo abolicionista, seja através da imprensa, ou pela atuação direta na campanha pela Abolição, principalmente a realizada no ano de 1884 pelo Centro Abolicionista do Parthenon Literário.

O Parthenon Literário, fundado em Porto Alegre, em 1868, por escritores e intelectuais, a maioria deles atuando como jornalista a fim de estimular a produção literária na Província, tem a liderança de Apolinário Porto Alegre, Caldre e Fião e Aurélio Bitencourt. A entidade, portanto, tem entre os seus articuladores um preto, Bitencourt, que ocuparia o cargo de chefe de gabinete de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros (MOREIRA, 2014). A associação recebeu diversos outros sócios negros, como Arthur Rocha, sendo a primeira sociedade literária a aceitar mulheres. Sua sócia nº 1 foi Luciana de Abreu. Para Maria Eunice Moreira,

O Parthenon não foi uma sociedade meramente literária, mas de ordem cultural e com viés político. A maioria dos Parthenonistas tinha dois ideais. Eles defendiam sobretudo a República, sendo contrários à Monarquia vigente, e eram abolicionistas (in SPERB, 2018).

O Parthenon Literário inicia a sua campanha abolicionista em 1869, libertando principalmente crianças escravas. O teatro foi a primeira arte utilizada para a libertação de fato (SPERB, 2018) e nas duas décadas seguintes, os sócios do Parthenon produzem além de peças, conferências, contos, novelas, poesias e romances com ideias abolicionistas e republicanas. Quando da criação do Centro Abolicionista, o Parthenon Literário conta com aproximadamente 150 sócios, muitos deles envolvidos na seção Abolicionista da associação (GARCIA, 2016). Vem dessa seção a proposta da criação de um Centro Abolicionista em Porto Alegre, feita pelo historiador Joaquim de Salles Torres Homem, então presidente da associação, junto com o jornalista Júlio César Leal, ambos articulistas são contrários à propaganda escravista em jornais, e através do *Jornal do Comércio* incrementam o processo de libertação de escravizados (LIVRO DE OURO, 1884).

A operacionalização dos movimentos abolicionistas na Província do Rio Grande do Sul desenvolve-se por meio dessas sociedades e comissões emancipadoras muitas delas estampadas nas capas dos jornais identificados com a causa. *O Século*, na capa da edição Nº

7, 25 de dezembro de 1880, homenageia o fundador da Sociedade Emancipadora Visconde de Rio Branco (HOMEM, 1888, p.6; ZUBARAN, 2009, p.6).

O Centro Abolicionista é criado em 28 de setembro de 1883 durante uma sessão pública do Parthenon Literário, convocada pelo jornal. O coronel Joaquim Pedro Salgado, principal chefe do Partido Liberal, é aclamado como presidente da nova entidade, declarando logo após os aplausos a libertação de todos os seus escravizados. Essa nomeação aponta a tendência liberal do Parthenon Literário e também para o modelo de abolição defendido pelo grupo e, por extensão, pelo Centro Abolicionista. Na mesma data em que ocorre o ato solene de criação deste Centro no Teatro São Pedro, a Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade distribui “diversas cartas de liberdade; continuando desde esse tempo modestamente, mas, com constância inalterável, devotada ao sagrado empenho de libertar seus associados do monstruoso captivo social” (LIVRO DE OURO, 1884). Depois da instalação do Centro, o militar e historiador Torres Homem é nomeado primeiro secretário e Júlio César Leal, segundo secretário.

No cenário nacional, o contexto de crise política possibilita o avanço de legislações abolicionistas no Ceará e no Amazonas, levando ao aprofundamento da campanha em diversas outras Províncias, principalmente no Rio Grande do Sul. Com isso, o governo imperial dissolve a Câmara dos Representantes da Nação, de maioria escravocrata, em julho de 1884, a fim de avançar nas políticas ligadas ao regime servil como forma de atender o clamor público (LIVRO DE OURO, 1884). Frente aos acontecimentos, o Centro Abolicionista incrementa as suas ações e lança a “Semana Abolicionista”, organiza comissões nos três distritos e na Freguesia de Belém, em Porto Alegre e, ainda, nos três distritos de Pedras Brancas, realizando ações corpo a corpo. A associação destaca o dia 13 de agosto como determinante na campanha, com ações conjuntas em todas as áreas da cidade, como apoio de outras associações, como a Sociedade Barão do Rio Branco e a própria direção do Centro Abolicionista. A Câmara de Vereadores, a quem é dedicado o Livro de Ouro do Centro Abolicionista (LIVRO DE OURO, 1884), declara em sessão oficial a extinção da escravidão em Porto Alegre no dia 7 de Setembro de 1884⁴, em seguida, troca o nome do campo da Várzea para Campo da Redenção.

O relato sobre a campanha promovida pelo Centro Abolicionista é redigido por Joaquim de Salles Torres Homem, registrado no Livro de Ouro, com lista de pessoas,

⁴ Sabe-se, no entanto, que na prática muitos escravizados mantiveram essa condição e outros, em troca da libertação, firmaram contrato de trabalhos análogos. Da mesma forma, não houve nenhum debate sobre a inserção dos libertos na sociedade porto-alegrense, levando ao processo de periferização e marginalização das populações negras.

entidades e poderes que participam da campanha, e um elogio à imprensa, principalmente a Karl von Koseritz. Em um único trecho a referência ao jornal *O Século*, “semanário ilustrado, convertia o brilho do espírito em que é redigido no viço e fragrância das flores de linguagem com que entretecia uma grinalda para a cidade de Porto Alegre”. Miguel de Werna, entretanto, não é citado, como monarquista tinha os liberais entre os seus principais alvos, e desafeto pessoal com Koseritz (LIVRO DE OURO, 1884, p.10).

Joaquim Homem (1888, p. 7, 8 e 10) registra que o escritor Karl von Koseritz, em coluna no jornal *A Reforma*, predisse que até a festa marcada para o dia 7 de setembro haveria mil cartas de liberdade; o abolicionista observa que o “número foi superado” e que no dia da festa, uma sessão extraordinária da Câmara Municipal proclama “livre de escravos o município de Porto Alegre”. Na sequência, realiza-se a “*kermesse* abolicionista”, divulgada pela imprensa e para a qual as comissões muito trabalham no sentido de arrecadar donativos e bens para custear as cartas de alforria.

O texto do Livro de Ouro (1884), repassado à Câmara de Vereadores, bem como os “Apontamentos para uma história do Movimento Abolicionista na Província do Rio Grande do Sul” (1888), ambos produzidos por Torres Homem, servem de referência para a construção da história abolicionista no Rio Grande do Sul, enfatizando as sociedades da elite letrada, principalmente o Parthenon Literário, o Centro Abolicionista e a imprensa republicana, silenciando não só a organização negra pela liberdade, como também o monarquista e polemista Miguel de Werla, reforçando a proposição de Zubaran (2009, p. 1) sobre “A invenção branca da liberdade negra”.

Esta posição encontra as análises de Ramos (2013, p. 12), “nos textos publicados no jornal *A Reforma* não há referência à participação de escravos ou libertos nesse movimento em Porto Alegre ou em quaisquer outras localidades do Império”. A pesquisadora traz também as considerações de Margareth Bakos sobre a “abolição antecipada” na Província do Rio Grande do Sul, em 1884: “muito mais do que uma preocupação real com as condições dos escravizados” serve para alimentar os debates na arena política, auxiliando no confronto entre as diferentes posições que os sujeitos ocupam naquela cena e que seria “uma farsa, pois a maioria das alforrias naquele evento foi concedida com cláusulas de prestação de serviços” (BAKOS apud RAMOS, 2013, p. 14).

Jornais, jornalistas e colunistas, portanto, estão no centro do debate público sobre o processo de abolição e sobre o modelo de libertação a ser adotado. Os federalistas, que num primeiro momento defendem a libertação irrestrita e imediata, aderem por consenso ao

projeto de liberdade com ressarcimento financeiro, ou por continuidade do trabalho proposto pelos liberais. Esta será uma das questões centrais na disputa travada no jornal *O Século* contra os diferentes grupos republicanos, o que faz com que Miguel de Werna seja pouco referido na historiografia abolicionista.

***O Século*, jornal monarquista e abolicionista**

Expoente da imprensa gaúcha na segunda metade do século XIX, o jornal *O Século* foi fundado em 11 de novembro de 1880, tendo circulado até fevereiro de 1893, no formato 43 por 30, com quatro páginas, impressas “em ótimo papel de Holanda na tipografia do diário local *Deustsche Zeitung*”. O semanário saía às quintas-feiras, entretanto, em alguns períodos registram-se interrupções por questões industriais e logísticas. O diretor-proprietário e redator é Miguel de Werna, ex-chefe de redação de *A Atualidade* (1867), “jornal crítico, literário e noticioso”, vice-presidente do Parthenon Literário, em 1869, a principal agremiação cultural da Província, e um dos dirigentes do semanário *O Charivari* (1877-78) (DILLENBURG, s/d, p. 57; DAMASCENO FERREIRA, 1944, p. 6 e 29; DAMASCENO FERREIRA, 1962, p. 91, 94, 130).

Considerando que a palavra escrita tem, desde a sua origem, uma “função propagandística” dada a característica do texto escrito para fixar ideias e legendas, poder ser reproduzido muitas vezes e com autoridade persuasiva maior que a da palavra falada (QUINTERO, 1993, p.31), reconhecemos o potencial de *O Século* para a “função propagandística” apesar de, diferentemente de outros títulos daquele período⁵, não ser considerado órgão de propaganda de um partido político. Essa condição não retira o caráter ideológico e propagandístico dos conteúdos impressos e publicizados nas páginas de *O Século*, pois como propõe Medina (1988, p.119-120) um jornal “sempre deixa transparecer a posição opinativa” do proprietário.

O Século defende as posições políticas do seu editor, marcadas por críticas direcionadas à classe política, principalmente aos liberais, ao clero e a indivíduos da elite da Capital. Atendendo à sua origem aristocrática, Werna, descendente de nobres pelas famílias paterna e materna, é um monarquista extremado. Isso lhe produz inimizades e até agressões (PESSI; SILVA, 2010, p. 137).

⁵ Um dos periódicos identificados com a causa abolicionista foi *A Reforma*, fundado em 1869, em Porto Alegre, como órgão de propaganda do Partido Liberal no Rio Grande do Sul, anunciado como “jornal político, noticioso e comercial”, estudado por RAMOS (2013, p. 1).

Os historiadores gaúchos consideram o jornal como o “mais completo semanário crítico, humorístico e ilustrado” daquele período, mesmo que frequentemente tenha exagerado na linguagem, empregando adjetivos indicadores de “ódio crescente e irracional”. Parte da sua força advém da tiragem de 1.400 ou 1.500 exemplares, informada na capa da edição Nº 31 (3 de julho de 1881) e no miolo das edições Nº 32 e 33 (10 e 17 de julho de 1881) (DILLENBURG, s/d, p. 57; DAMASCENO FERREIRA, 1944, p.6 e 29).

O Século marca “época na Província” com as suas polêmicas, apresentando algumas características do que Dillenburg (s/d, p. 57) classifica como “imprensa marrom”: jornais com “linguagem chula e destemperada, visando apenas atacar os adversários”. O periódico de Werna recorre ao humor para exceder-se “com muita frequência em indiscrições reprováveis e motejos felpudos” (DAMASCENO FERREIRA, 1944, p. 19). No entanto, tem uma ação importante durante a campanha abolicionista, sendo homenageado pela população, pelos centros abolicionistas e também pela Câmara de Vereadores.

O front das batalhas promovidas pelo *O Século* não fica restrito às palavras. As ilustrações, que aparecem antes no jornal *Sentinela do Sul* (1867 a 1869) pelo traço elegante, criativo e revelador do talento de Inácio Weingartner, são poderosas ferramentas discursivas e estéticas também para Werna, que com litografia de boa qualidade⁶ aborda com humor e crítica os fatos do momento e, sobretudo, ataca as autoridades e a concorrência (DILLENBURG, s/d, p. 57). Além de Inácio Weingartner, assinam desenhos nas edições de *O Século* Antônio Eduardo de Araújo Guerra (Araújo Guerra ou A. Guerra) e J. Samarach.

Naquele período, “quase todos os jornais porto-alegrenses eram políticos. Políticos e de combate” como observa Damasceno Ferreira (1944, p. 6). Essa não seria a pretensão de Werna, de acordo com a nota de apresentação da primeira edição: “Não tem *O Século* um programa definido. Tratará de todos os assuntos com imparcialidade e critério proporcionando a seus favorecedores uma leitura variada e útil, circunscrita aos limites da boa moral.” No mesmo texto o editor faz a sua profissão de fé e adiante fornece mais alguns esclarecimentos:

Escrupulosos na observância dos princípios da moralidade, temos na crítica - um dos principais assuntos de nosso periódico - como única divisa: (...) promover o riso sem ofensa dos bons costumes, acatando o santuário da vida privada (...)” (DAMASCENO FERREIRA, 1962, p. 95).

⁶ Se os apelos formais - visuais e linguísticos - de uma matéria jornalística equiparam-se à “embalagem no produto publicitário” (MEDINA, 1988, p.118), o conteúdo da capa e contracapa podem ser considerados como a embalagem do produto jornal, portanto os com mais visibilidade. Observamos na coleção examinada que nem todas as edições têm ilustrações na capa; algumas poucas trazem ilustração na contracapa e raras no miolo.

Entretanto, Damasceno Ferreira (1962, p. 97e 98) observa que em seis meses o jornal quebraria o protocolo inicial, passando “(...) a revelar os fins que tinha em mira (...) e, em breve, fará estrepitar nos quatro cantos da cidade toda sorte de engenhos de seu conceituado arsenal de explosivos (...)”. *O Século* torna-se o jornal de “maior tiragem e circulação da Província”, oferecendo ao público, “cada vez mais interessado”, “a mais sortida e adubada penca de novidades (...) mexericos mundanos, os irreverentes motejos contra o clero e as cascadeantes sátiras políticas de ácida composição” (DAMASCENO FERREIRA, 1962, p. 99-104).

Em relação aos propósitos que moviam o jornal de Werna, o historiador da imprensa gaúcha destaca a causa abolicionista

Não se dirá que ao periódico faltassem invariavelmente os bons propósitos nem que certos sentimentos generosos deixassem de inspirá-lo aqui ou ali. A **causa abolicionista** [grifo nosso], por exemplo, teria nele um dos seus mais pugnazes propagandistas e, se é exato que na esfera mundana e na órbita política, seu comportamento era dos mais imprudentes, seria injusto negar-lhe a diligência com que procurava policiar os costumes locais e, sobretudo, a coragem com que denunciava a incúria, as omissões ou os desmandos do Poder (DAMASCENO FERREIRA, 1962, p. 118).

A par das reviravoltas formais – estéticas, gráficas e visuais - *O Século*, repellido pelas famílias, alcança êxito o que nos leva a inferir que reflete a opinião de boa parte da sociedade gaúcha, dos leitores e seus círculos de influência. Também os seus conteúdos políticos e polêmicos podem ter corroborado com o sucesso; são muitas as contradições que envolvem o jornal de Werna: monarquista, alinhava-se aos republicanos no ataque ao clero, mas opunha-se a estes ao preservar o imperador Pedro II, pai da Princesa Isabel que viria a assinar a lei da abolição (DAMASCENO FERREIRA, 1962, p. 119) e cuja visita a Porto Alegre, logo após a Campanha Abolicionista de 1884, foi comemorada pela publicação na capa da edição Nº 194, 28 de setembro de 1884.

A propaganda abolicionista nas páginas do jornal *O Século*

Ao estudar a história do jornalismo gaúcho, Rüdiger (1998) destaca *O Século* como o mais longo e de renome, principalmente pelo seu engajamento na causa abolicionista. O período inicial e áureo deste semanário, entre os anos 1880 e 1884, coincide com o recrudescimento da propaganda abolicionista nos jornais da Província do Rio Grande do Sul. Sobre o engajamento da imprensa com a questão servil, o autor observa “ganhou autonomia dos partidos na esfera pública, forçando os jornais a agirem como partidos, de

modo que não constitui exagero dizer que foram responsáveis em grande parte pela massa de alforrias verificadas em 1884”. A participação do jornal *O Século* na campanha advém da sua “(...) grande receptividade pública, promoveu e organizou a quermesse que libertou a escravaria da capital em 1884” (RÜDIGER, 1998, p. 27 e 33). O prestígio da publicação na causa abolicionista pode ser observado em um registro do jornal *A Federação* (1884, Nº 188) que noticia “Moveu-se a enorme multidão pela rua dos Andradas em direção ao 3º distrito, levando vivas à porta da casa do cidadão Miguel Werna”, quando da eliminação do escravismo no 3º distrito da Capital.

A consulta às edições do jornal *O Século* nos permite afirmar que desde os números iniciais, caso da já citada edição de Nº 7, o periódico propaga a causa abolicionista. A campanha prossegue nas capas das edições dos dois primeiros anos com: a) a reprodução de figuras abolicionistas - Joaquim Nabuco, na capa da edição Nº 11, de 23 de janeiro de 1881; Conde de Porto Alegre na capa da edição Nº 13, de 6 de fevereiro de 1881; b) a edição da Coluna “A VOZ DO ESCRAVO” na capa da edição Nº 12, de 30 de janeiro de 1881; c) retratando cenas de escravizados clamando por liberdade – capas das edições Nº 35, de 31 de julho de 1881, Nº 43, de 25 de setembro de 1881, edição Nº 76, de 21 de maio de 1882.

A partir do número 128 surge na capa do jornal a persona *O Século*, um negro vestindo casaca, roupa semelhante a dos nobres e monarcas do Império. O personagem apresenta na edição seguinte (Nº 129, de 17 de junho de 1883) a diretoria da sociedade abolicionista Parthenon Literário, cujo vice-presidente é o editor de *O Século*. Na edição Nº 137, de 12 de agosto de 1883, ele assiste e comenta a disputa entre conservadores e reformistas. Para a quermesse na Capital da Província do Rio Grande do Sul, nos dias 7 e 8 de setembro de 1884, essa figura tira o chapéu para pedir doações aos leitores (capa da edição Nº 189, de 17 de agosto de 1884). A parte central do impresso (página 2 da mesma edição Nº 189) traz a lista com nomes e os respectivos objetos já ofertados.

A capa da edição seguinte (Nº 190, de 24 de agosto de 1884) a representação de Porto Alegre liberta das suas correntes e o estímulo no texto-legenda para os cidadãos-leitores prosseguirem a missão humanitária. No dia 7 de setembro de 1884, considerado por alguns autores como a data da “libertação” dos escravizados em Porto Alegre, sai a edição Nº 192 do jornal *O Século* com ilustrações na capa, miolo e contracapa. Na página 1, o abolicionista Joaquim Pedro Salgado, ligado ao Parthenon Literário e presidente do Centro Abolicionista de Porto Alegre. A liberdade é representada na contracapa desse mesmo exemplar com imagem que é descrita por Zubaran (2009, p. 8):

uma figura feminina, branca, vestida à romana, de sandálias, na cabeça o barrete frígio vermelho, símbolo republicano, na mão esquerda a bandeira do Rio Grande do Sul e no fundo, o sol raiando no horizonte na data da independência corroborava a imagem de uma abolição rio-grandense patriótica. No chão jaziam os grilhões partidos, símbolos da abolição da escravidão.

A historiadora refere José Murilo de Carvalho para quem “até o final do século, jornais e revistas não se afastaram desse modelo estabelecido pela Revista Ilustrada” para representar a liberdade (ZUBARAN, 2009, p. 8). Mesmo após o término da jornada e da quermesse abolicionistas, *O Século* segue dando publicidade aos atos e personagens pró-emancipação. E defendendo a continuidade da monarquia (capa das edições Nº 202, de 23 de novembro de 1884, e a de Nº 217, de 15 de março de 1885), nesta última, a contracapa retrata a disputa pelo poder entre a liberdade e os escravagistas.

As estratégias pró-abolição do monarquista *O Século*

A análise das edições de *O Século* permite apontar que o semanário atuou pró-campanha abolicionista com duas estratégias através das suas imagens, e com outras duas a partir de formatos escritos. Nas imagens de capa, o semanário realiza homenagens a abolicionistas de perfil conservador. Internamente, as imagens apresentam denúncias de situações cotidianas, instituições e o povo, ou atacam opositores. Nos textos, o periódico critica a posição dos partidos e das elites da cidade sobre o processo de abolição. Outro recurso é a publicação de notas, cartas e artigos sobre a campanha, e convites relacionados a atividades e eventos abolicionistas.

Assim como a historiografia republicana construiu um panteão de heróis da causa abolicionista – muitos tornados nome de rua na Capital do RS - as capas do jornal *O Século* apresentam um conjunto de personagens que atuaram pró-abolição principalmente os de perfil monarquistas, caso de Joaquim Nabuco (1881, Nº 11), Castro Alves (1881, Nº 32), José de Alencar (1881, Nº 36) e, também, a princesa Isabel (1884, Nº 194) quando anuncia a sua visita à Capital logo depois do processo abolicionista. Para o dia 7 de setembro de 1884, que marca oficialmente a Abolição em Porto Alegre, é reservada a capa ao coronel Joaquim Pedro Salgado (1884, Nº 192).

No conjunto de homenagens aparece Quintino Bocaiúva (1883, Nº 143) um notório abolicionista e importante líder republicano. *O Século* parece destacar apenas o processo da abolição sem creditar suas outras iniciativas políticas. A visita do casal de príncipes ao RS, durante janeiro de 1885, é acompanhada com entusiasmo pela publicação durante as

edições de janeiro, retomando a perspectiva monarquista com mais força. Em 14 de dezembro de 1884 (Nº 205), a capa é dedicada à defesa, seis figuras tentam arrancar as raízes da monarquia, entre elas o jornal *A Federação*.

O periódico de Miguel de Werna dedica grande parte da sua produção informativa a notas e artigos sobre anúncios e convites para eventos. A criação de entidades abolicionistas ganha destaque nas suas páginas, caso da edição do dia 23 de setembro de 1883, quando o editor saúda “É com íntima satisfação que noticiamos ao público a criação da sociedade libertadora Sul-riograndense na capital do Imperio.” (Nº 143). Também as ações em prol da liberdade de entidades tradicionais: “A comissão nomeada pela loja maçônica Luz e Ordem que funciona nesta capital, para promover a libertação de escravos no dia 24 de junho próximo vindouro” (1884, Nº 177).

Além de informar, o periódico publica chamadas para os atos dos abolicionistas da capital, como o importante evento de criação do Centro Abolicionista em setembro de 1883 (Nº 143). Da mesma forma dedica bastante espaço à organização da quermesse, prevista para ocorrer no dia 7 de setembro de 1884, desde o lançamento da proposta quase um mês antes. Seguindo a nota, “O Centro Abolicionista, do qual é presidente o sr. coronel Joaquim Pedro Salgado, resolveu promover uma kermesse abolicionista, que se realizará na praça do palácio no próximo dia 7 de setembro.” (1884, Nº 188). Os atos oficiais também estão noticiados como a medida definida pela Câmara de Vereadores em função das festividades abolicionistas. O principal registro é a oficialização da Libertação pela Câmara de Vereadores que “Para comemorar o grande acontecimento abolicionista que festejamos hoje, resolveu a câmara municipal dar ao Campo do Bomfim o nome de Campo da Redenção” (1884, Nº 192).

Desta forma, observam-se estratégias informativas que buscavam fortalecer as instituições envolvidas nos processos, sem com isso destacar os indivíduos. Estes aparecem principalmente de forma jocosa, como nas eleições em dezembro daquele mesmo ano de 1884, quando o jornal noticia que “O nosso colega Koseritz é talvez o homem mais popular de Porto Alegre. E a prova tivemos-la na eleição do dia 3 do corrente. O eminente publicista teve dois votos”. Depreende-se com isso que os informes sobre o processo abolicionista, de maneira geral, têm como finalidade exaltar as diferentes iniciativas ou convocar para atividades, postura contrária às notas políticas e de cotidiano que em sua maioria ironizam ou provocam os envolvidos, reforçando a definição satírica conferida à publicação.

O debate sobre o processo escravista também aparece em colunas e artigos, ou seja, em formatos do gênero opinativo. A principal coluna é “A voz do Escravo”, definida por Werna como “órgão protetor dos infelizes que vivem no cativeiro” (1881, Nº 21), aparece em várias edições desde o surgimento do jornal, em 1880, até a abolição antecipada em 1884. Nessas colunas são apresentadas, principalmente, denúncias de violências cometidas por escravistas. O jornal também se posiciona editorialmente em relação à atuação dos partidos no processo abolicionista

Dous partidos se levantaram – o liberal e o conservador, disputando cada um a posse da bandeira da liberdade, porem ambos iguaes em idole, ambos tendo por guia o mesmo norte, isto é, a ambição, e na satisfação de seus vis interesses de tudo cogitam, menos a liberdade. (...) Nada disso enxergão os partidos políticos do Brazil. Mergulhados numa política tacanha, tendo por divisa unicamente os seus interesses, eles querem a todo transe a escravidão (...) Incapazes do trabalho, incapazes de tudo julgão que no dia em que terminar a escravidão no brazil, terminará também sua gloria, o seu bem estar! (*O SÉCULO*, 1881, Nº 12).

A imprensa, igualmente, é alvo de críticas no jornal de Miguel de Werna, apesar da crítica mais dura ser em relação aos liberais, os conservadores do jornal *A Reforma* não escapam do crivo de *O Século* para quem

o divertidissimo conservador entende que o seu amigo de Bagé, o sr. Gaspar Lemos Bittencourt, praticou uma ação nobilissima e digna de figurar em letras garrafaes no frontispicio da nossa historia, alforriando **por dinheiro** uma sua escrava (*O SÉCULO*, 1884, Nº185).

As personas criadas para informar ou acompanhar os acontecimentos são uma outra estratégia de atentar para o debate abolicionista. No entanto, ao mesmo tempo em que defendem a libertação e o acesso à cidadania dos escravizados, transparecem nessas figuras o imaginário do período. As personagens institucionais são geralmente mulheres caucasianas, seja a representação de *Porto Alegre*, que sempre aparece com a coroa que representa a fortaleza da cidade, ou a *Liberdade* que mesmo referindo-se aos negros, está sempre em contexto que lhes remete a entidades abolicionistas de brancos, como o Centro Abolicionista.

A imagem de Porto Alegre, no entanto, tem uma exceção, na edição do dia 24 de agosto de 1884 (Nº 190), a figura da cidade é representada com traços - boca e nariz - mais negroides. A figura tem correntes arrebitadas em sua mão e em torno da coroa aparece uma estrela e uma aureola. A legenda refere que “A Leal e Valorosa Porto Alegre prossegue em sua humanitaria e santa missão. Um hurrah a Porto Alegre! Viva a Liberdade!”.

A personagem negra que aparece desde 1883 possui uma função complexa: anuncia-se como repórter (1883, Nº 151), representa a perspectiva do próprio jornal (1884, Nº 189), mas também quer ser a voz do povo, partindo da lógica de que o jornal refletiria a opinião pública (1884, Nº 188). É o imaginário de Werna sobre a população da cidade, que apesar de ser considerada pelos visitantes como a “cidade dos alemães”, para o editor de *O Século* o povo, em geral, é considerado como negro.

Considerações Finais

O conteúdo do jornal *O Século* apresenta permanências e algumas diferenças em relação à historiografia produzida pelos republicanos sobre a abolição em Porto Alegre. Por um lado, os textos mantêm o silenciamento das entidades e iniciativas promovidas por negros escravizados e libertos em prol da causa. Por outro, denunciam articulações dos partidos Liberal e Federalista, principalmente, em construir um modelo de abolição que não produzisse uma quebra nos privilégios das elites escravistas, seja através de recompensa pecuniária, ou principalmente pela manutenção dos trabalhadores através de contratos de ressarcimento.

Para isso, editorialmente, foram utilizados quatro formatos durante todos os anos da campanha abolicionista. As imagens de capa homenageiam abolicionistas, mas ao mesmo tempo buscam reforçar a linha editorial do jornal que alia abolicionismo com monarquia. A iconografia construída atende a esse propósito.

Essa relação entre monarquistas e abolicionistas não constitui exatamente uma contradição, mas sim uma incoerência, ou seja, a defesa de um regime imperial que mantinha na prática o escravismo. Mesmo a referida simpatia do Imperador e da Princesa ao movimento escravista, esses governantes defendiam uma transição que não afetasse a estabilidade social e da nação. Com isso, os interesses políticos e econômicos reais estavam colocados acima da questão humanitária, defendida por muitos abolicionistas monarquistas.

As outras imagens são caricaturas ou registro de situações cotidianas, que se propõem à crítica ao escravismo, à política e às elites da cidade. Imagens que estampam as ações de liberais e republicanos a favor da campanha abolicionista, mas também apontam as incoerências destes em relação aos princípios abolicionistas. Como exemplo, Karl von Koseritz, um liberal frequentemente atacado, pois mantinha escravos, mesmo atuando em entidades com princípios abolicionistas como o Parthenon Literário. Questões como essas são apontadas em muitas das edições do jornal.

Dois outros formatos prioritários são textuais, ou seja, um conjunto de textos em forma de notas, colunas e artigos com função informativa e objetivo de manter as pessoas atualizadas sobre os acontecimentos relativos ao processo de libertação, enquanto outros exaltam algumas iniciativas dos abolicionistas. Os demais textos, de caráter opinativo, são críticos aos partidos, clero e integrantes das elites. Com exceção dos partidos políticos, cuja presença é permanente nesses textos, muitas das críticas são contra indivíduos – o que criou animosidades e inimizades em relação à Miguel de Werna.

A controversa personalidade do editor, espelhada nos textos e imagens das edições de *O Século*, pode ter contribuído para a sua desqualificação como sujeito ativo na história da campanha abolicionista. Entretanto, um olhar mais atento mostra que a elite política e intelectual mantinha uma relação dúbia com o jornalista. Por sua origem nobre, ele ocupa um lugar diferenciado em relação aos outros descendentes germânicos cujas famílias haviam enriquecido com o trabalho na colônia. Essa relação, assim como os recorrentes ataques aos liberais e aos republicanos, produzem uma permanente tensão entre admiração, temor e ódio a Werna.

A atuação marcante de Miguel de Werna na imprensa e na política explicam a sua permanência no imaginário da cidade até as primeiras décadas do século passado. Tanto na campanha abolicionista – sendo homenageado pela Câmara, pelo Clube Abolicionista e pela população - como em entidades literárias e intelectuais, indicando que o seu esquecimento na história tem relação com a postura de monarquista extremado. Na substituição de regime, marcada ainda pelo conflito armado no Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista, tudo o que remete ao Império deve ser superado e, desta maneira, Werna é também deixado no tempo.

A abolição pelo registro da imprensa, aqui estudada no jornal *O Século*, é construída pelas elites políticas regionais em Porto Alegre, durante a “libertação dos escravos” no dia 7 de setembro de 1884, quase quatro anos antes da abolição nacional e na mesma data da independência do Brasil. Os festejos e os registros mostram uma monumentalização da abolição, pois sabe-se que existiram escravizados na cidade até 1888, além dos contratos de cinco e sete anos de prestação de serviço em troca da liberdade. Com isso, muitos abolidos em 1884 mantiveram as antigas relações por contrato mesmo depois da abolição legal.

A elite preocupa-se, igualmente, em afirmar a primazia da Capital da Província do Rio Grande do Sul em defesa da liberdade dos escravizados, refletindo a índole do povo gaúcho. Mas esta é uma construção posterior, pois historicamente Ceará e Amazonas

realizam a abolição antes, são esses os estados que desencadeiam o processo em nível nacional e reforçam as narrativas que destacam os líderes republicanos. Zubaran (2009, p. 3), citando David Blight, define o estudo da memória social como a “disputa cultural de verdades contestadas ou de textos que apresentam versões antagônicas do passado, que são postas a serviço do presente”. A autora entende que a narrativa dominante sobre a abolição em Porto Alegre trata-se de um “produto seletivo do imaginário social das elites brancas e que exerceu um impacto considerável na historiografia tradicional sobre a abolição no Rio Grande do Sul” (ZUBARAN, 2009, p. 5).

A ideia de uma invenção branca produz o apagamento dos negros como sujeitos históricos. Ficam relegadas ao silenciamento as ações realizadas pelos escravizados de maneira individual, organizada e mesmo através de fugas e violência, o que faz com que muitos defendam a abolição por questões de segurança. Fato esse que é possível observar na imprensa do período, incluindo o jornal *O Século*. Ao mesmo tempo, fica externo ao processo todo o discurso eugênico do período que leva ao afastamento e à marginalização da população negra.

Com isso, o escravismo, mesmo abolido juridicamente no século XIX, deixa sequelas que ainda repercutem sobre a sociedade. Para reparar a dívida estrutural e histórica que o Brasil tem com parte tão representativa da sua população - importa lembrar que negros e pardos constituem cerca de 56% do atual contingente populacional brasileiro - é necessária uma maior amplitude nas políticas públicas. Um bom começo e exemplos são às ligadas à educação e ao trabalho, com cotas para acesso às universidades e aos serviços públicos.

REFERÊNCIAS

BAKOS, Margaret Marchiori. **Rio Grande do Sul: escravismo e abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: 70, 1977.

CARNEIRO, José Fernando. **Karl von Koseritz**. Porto Alegre: Secretaria da Educação e cultura, 1959.

CHAVES, Ricardo. Os primórdios da charge na Província Gaúcha. Zero Hora. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2017/08/os-primordios-da-charge-na-provincia-gaucha-9874017.html>. Acesso em mar.2020.

DAMASCENO FERREIRA, Athos. **Imprensa Caricata do Rio Grande do Sul no Século XIX**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1962.

DAMASCENO FERREIRA, Athos. **Jornais Críticos e Humorísticos de Porto Alegre no Século XIX**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1944.

DIHL, Tuane L. (Des) construindo uma memória: a campanha abolicionista nas páginas do jornal A Federação. **Revista Hydra**, vol. 1, n. 2, agosto de 2016, p. 170 a 185.

DILLENBURG, Sérgio R. **Quatro publicações marcantes no Jornalismo Rio-Grandense**. Nova Petrópolis/ RS: Editora Amstad, [s.d.].

DUARTE (2001). **Descendentes de João Batista do Canto**. Disponível em <http://familiamiguelduarte.blogspot.com/2011/01/descendentes-de-joao-baptista-do-canto.html> Acesso em fev.2020.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. Alemão, vida associativa. In: FLORES, Hilda Agnes Hübner (Org.). **Porto Alegre: história e cultura**. Porto Alegre: Martins Livreiro: 1987.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Nova: Dimensão, 1996.

GARCIA, Letícia. 2016. **O Parthenon Literário**. Jornal do Mercado. Disponível em <https://jornaldomercado.com.br/o-Parthenon-literario/> Acesso em mar.20.

HARING, Carlos Guilherme. **Almanak da Corte e Província do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editores Eduardo e Henrique Laemmert, 1864.

HOHLFELDT, Antonio; RAUSCH, Fábio. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1937: Discussão sobre critérios para uma periodização. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, 2006, Distrito Federal. **Anais...** [...] São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <goo.gl/SHZb65>. Acesso em jan. 2020.

HOMEM, Joaquim S. T., **Apontamentos para a História do Movimento Abolicionista na Província do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typ.da Reforma, 1888.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo**. A saga dos cães perdidos. São Paulo: Haecker, 2000.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um Produto à venda**: Jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus, 1988.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre, urbanização e modernidade** – a construção social do espaço urbano. Porto Alegre: Edipucrs, 1995.

MOREIRA, Paulo Staudt. O Aurélio era preto: trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 85-127, jan.-jun. 2014.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

OLIVEIRA, Ryan de Souza. **Colonização Alemã e Poder**. A cidadania brasileira em construção, Rio Grande do Sul 1863-1889. Dissertação de mestrado. Programa de pós-Graduação em História. Universidade de Brasília, 2008.

PEOPLEPILL. Biografia de Miguel de Castro Canto e Mello de WernaBilstein. Disponível em <https://peoplepill.com/people/miguel-de-castro-canto-e-melo-de-werna-e-bilstein/>. Acesso em jan. 2020.

PESSI, Bruno S.; SILVA, Graziela Souza e. **Documentos da escravidão: processos crime: o escravo como vítima ou réu**. Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

QUINTERO, Alejandro Pizarroso. **História de la Propaganda**. Madrid: EUDEMA, 1993.

RAMOS, Gislaine Borba. **A campanha abolicionista em Porto Alegre: considerações a partir do jornal A Reforma (1870-1888)**. 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, UFSC, 2013 (Anais) Disponível em <http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos.6/gislaineramos.pdf>. Acesso jul. 2019.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

SODRÉ, Néelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SPERB, Paula. 2018. Antes da abolição, intelectuais faziam vaquinha para libertar escravos. **BBC News Brasil**. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45559374>. Acesso em fev.2020.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade: Uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

WEIMER, Günter. **Arquitetos e construtores Rio-Grandenses na Colônia e no Império**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006, 214 pp.

ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre. **Revista de História e Estudos Culturais Fênix**. Ano 6, n.3, 2009. Disponível em <http://www.revistafenix.pro.br/PDF20/ARTIGO>. Acesso jul. 2019

Fontes primárias impressas

A FEDERAÇÃO - **Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional**

O SÉCULO - **Museu da Comunicação Hipólito José da Costa**

LIVRO DE OURO DO CENTRO ABOLICIONISTA (7/9/1884) - **Arquivo Histórico de Porto Alegre**